

INTERDISCURSO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL: AS COTAS PARA NEGROS NO DISCURSO MIDIÁTICO

Marluce Pereira da SILVA

(marlucepereira@uol.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Cássio Eduardo Rodrigues SERAFIM

(cassioserafim@ig.com.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (Mestrado)

O debate em torno do sistema de cotas para a inserção do estudante negro na universidade pública brasileira obteve uma maior publicização em meados de 2001. Desde então, assiste-se a diversos fóruns em torno do assunto, promovidos por meios de comunicação massivos como a televisão, por exemplo. Que influências as ações do mercado e principalmente da mídia teriam na constituição de sujeitos contemporâneos? Para Martín-Barbero, hoje os meios de comunicação surgem como espaços de constituição identitária e de conformação de comunidades; os processos de comunicação produzem e reconstituem sujeitos, identidades e atores sociais (ESCOSTEGUY, 2001). Neste texto, procuramos explorar alguns enunciados publicados na mídia impressa de circulação nacional – principalmente, jornais e revistas que abordam a questão de cotas para o ingresso de estudantes negros em universidades brasileiras. Tentamos analisar, de forma ainda introdutória, efeitos de sentidos possíveis em torno da temática, apontando interdiscursos que possam influir no modo como esses textos elaboram identidades concernentes à população negra.

É evidente nos dias de hoje o quanto é relevante o papel da mídia para determinar modos de agir e de ver o mundo, de forma a influenciar consideravelmente no processo de construção de subjetividades e identidades contemporâneas. Em suas reflexões em torno da influência da mídia, Fischer ressalta o papel da televisão, destacando que “cada momento da nossa vida contemporânea é cada vez mais mediado pela cultura” (FISHER, 2002, p.20), compreendendo como cultura um conjunto de sistemas ou códigos de significação que conferem sentidos à vida e que, segundo a autora, a mídia representa como um espaço de cultura que mais influencia a constituição de identidades. Nesse processo de produção de subjetividades, um elemento central é o discurso, concebido como uma prática realizada por indivíduos que, através dele, se constituem em sujeitos, agindo sobre si e sobre aqueles com quem interagem, construindo a realidade social em que se inserem.

Nesse sentido, não vemos a identidade social separada do discurso. Vemo-la como produto também do discurso, uma vez que é na produção de significados por meio da linguagem que a nossa realidade é construída, as suas instituições legitimadas, bem como os objetos materiais e os sentimentos. Concebemos a linguagem como algo que não se limita às estruturas lingüísticas, como algo que se insere num permanente processo de criação de sentidos e significados, que agem sobre as pessoas, sobre os seus

comportamentos, sobre os seus corpos. Logo, identidade aqui também é vista como prática, como algo que se insere em um processo de elaboração constante. Além disso, também corresponde a posicionamentos discursivos (HALL, 2000), isto é, identidade é uma produção sócio-discursiva. Sendo o discurso uma forma de ação, através dele as pessoas agem no mundo e sobre o mundo, representando-se e representando aqueles com quem interagem, produzindo significados sociais (MOITA LOPES, 2002).

Cada instituição social exige certos posicionamentos identitários por parte dos indivíduos que vivem em seu interior ou que transitam por ele. Nós nos posicionamos e somos posicionados de determinado modo, dependendo do contexto – imediato e histórico – em que atuamos (WOODWARD, 2000). Mas, num mesmo espaço social, também podemos exercer e adotar diferentes identidades. Algum desses posicionamentos identitários deve prevalecer, dependendo do contexto institucional, embora possa parecer contraditório a outro posicionamento discursivo tomado por essa pessoa em momentos anteriores, no mesmo ou em diferente contexto institucional. “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso [...]” (HALL, 2000, p.109). Com base nesse autor, procuramos compreender como são construídas identidades sociais de estudantes negros no interior de práticas e formações discursivas e ideológicas.

Há algum tempo, assistimos a debates, a partir de projetos de lei propostos no Congresso Nacional, acerca de alguns tipos de ação afirmativa. Via de regra, nesses projetos de autoria de alguns parlamentares, percebemos efeitos de sentido em que se procura minimizar a visível desigualdade social e racial que há no Brasil e que toma como foco a escola vista por muitos como instância que, historicamente, destinou aos negros e pobres uma educação de ínfima qualidade e que, ao mesmo tempo, destinou à população branca, considerada social, política e economicamente hegemônica, uma educação de qualidade, de modo que, para essa, todos os recursos eram destinados. De início, a aplicação de políticas públicas cognominadas como ações afirmativas ocorreu nos Estados Unidos da América, por volta de 1963, o que representou uma mudança nas políticas governamentais, que, antes dadas como neutras, passaram a reconhecer fatores até então ignorados como raça, cor, sexo etc. Atualmente, ações semelhantes são adotadas em diversos países europeus, asiáticos, africanos e americanos, adequando-se às suas realidades específicas.

A definição de ações afirmativas passou por vários momentos. Primeiro, foram definidas como a coragem do Estado de fazer com que as pessoas com poder de decisão em áreas públicas e privadas passassem a considerar temas até então negligenciados, tais como raça, cor, sexo, gênero, sexualidade, origem social das pessoas. O objetivo do Estado era incluir não só nas empresas, como também nas escolas, visando à presença e à representação de cada grupo nos vários segmentos da sociedade. Num segundo momento, a partir da ineficácia de procedimentos utilizados contra as práticas discriminatórias, iniciou-se um procedimento mais ousado: passou-se a difundir a idéia de realização da igualdade de oportunidades, por meio da imposição de um número de cotas que permitisse o acesso de representantes das minorias a setores do mercado de trabalho e às instâncias educacionais. Atualmente, as ações afirmativas são definidas como

um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário,

concebidas com o propósito de combater a discriminação racial, de gênero, de sexualidade, de classe social e de nacionalidade, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação exercida no passado, objetivando concretizar a idéia de uma efetiva igualdade de acesso a bens essenciais, como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p.27-30).

As discussões sobre a necessidade e a validade da implantação ou não das políticas de ação afirmativa, especificamente em relação àquelas concernentes ao ingresso de estudantes negros nas universidades, são raras e algumas que aparecem na mídia impressa são tratadas num tom um tanto pejorativo. Em alguns casos, o título recebido parece não difundir a seriedade com a qual o assunto deve ser tratado. Seleccionamos alguns títulos que surgem em textos veiculados em jornais e revistas brasileiras e que ilustram o que afirmamos: “Cotas, um remédio que é veneno” (2004), “Um teste de cor” (2004), “Tortuosos caminhos” (2002). Podemos observar o uso de alguns vocábulos que conduzem, de certa forma, a efeitos de sentidos realçando aspectos negativos em torno da discussão da temática, para ilustrar tomemos um deles em que aparece a palavra remédio, como se estivéssemos lidando com uma doença; veneno, como se algum mal – talvez a visibilidade de práticas discriminatórias ou ainda a reafirmação do racismo – as cotas pudessem provocar.

Os sentidos formulados por um sujeito não são neutros, pois já vêm túrgidos de outros sentidos que foram formulados por outros sujeitos, em outras condições de produção, que são marcadas tanto pelos aspectos imediatos das assimetrias interacionais como pelos seus aspectos sócio-históricos. “As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras” (ORLANDI, 2003, p.32). Por esse motivo, podemos afirmar que o sujeito não tem total controle sobre aquilo que será compreendido a partir daquilo que foi dito por ele. Embora alguns autores defendam que ele não tenha controle, preferimos pensar que ele apenas não possui controle total, mas possui certo domínio sobre os significados que pretende expressar, uma vez que o sujeito enuncia seu texto a partir do lugar social, ou seja, depende dos interlocutores envolvidos na situação comunicativa, das relações de poder estabelecidas, das condições de produção, dos enunciados associados às condições de produção.

A partir da articulação entre formações ideológicas e formações discursivas, entendemos que o discurso se realiza na relação entre o lingüístico e o social e que se dá no entrelaçamento entre essas duas formações. O social para análise de discurso francesa é constitutivo, de forma que ocorre entre a materialidade lingüística e a sociedade numa relação de constitutividade entre a linguagem e o social (ORLANDI, 1996). A noção de formação discursiva está associada à de discurso, definido por Foucault (1969) como um sistema de dispersão e de regularidades.

O conceito de formação discursiva é relevante à análise de discurso francesa, porque através dele se procura estabelecer a articulação entre o discurso e a ideologia, compreendendo a produção de sentidos. As formações discursivas são regiões diferentes que recortam o interdiscurso e que refletem posições ideológicas, o modo como as posições de sujeitos e os seus lugares sociais aí são representados, ao passo que o interdiscurso (o dizível) se divide em diversas regiões ou formações discursivas que chegam desigualmente a diferentes locutores (ORLANDI, 1996). Ao reconhecer que a formação discursiva, tomada de Foucault, é o lugar da constituição de sentidos, aquilo que, em uma formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito, Pêcheux

propõe chamar de interdiscurso “todo complexo dominante” das formações discursivas pela articulação no complexo das formações ideológicas, que toda formação discursiva dissimula pela transparência de sentido que nela se institui.

A partir do entendimento de como o interdiscurso constrói efeitos de sentidos, articulando às posições dos sujeitos, cujos discursos são atravessados por ideologias em torno da questão racial, verificamos como o sujeito-autor de textos que apareceram na mídia impressa historiciza o seu dizer, “ao entretecê-lo de forma inconsciente e indelével à teia discursiva do já dito” (INDURSKY, 2001, p.33). A noção de interdiscurso se define a partir de uma exterioridade constitutiva. A objetividade material do interdiscurso reside no fato de que algo fala sempre antes e independentemente, sob a dominação do complexo de formações ideológicas (PÊCHEUX, 1997). Pêcheux indica ainda que sempre há um discurso, ou seja, que o dizível já está exterior ao sujeito, o que mostra que os efeitos de sentidos dependem do que é enunciável nas diferentes formações discursivas a que pertencem os seus sujeitos. Procuramos analisar práticas discursivas da mídia impressa a partir do entrecruzar de diferentes formações ideológicas e discursivas em que o sujeito-autor, ao ocupar a posição-sujeito, traz outros discursos em que ressoam vozes advindas de diferentes saberes e contextos em torno da noção de raça que atravessa a construção de identidades sociais de negros, principalmente daqueles que estão concorrendo ao vestibular através do sistema de cotas.

Do texto “Cotas, um remédio que é veneno”, destacamos as seguintes seqüências:

[...] “Na verdade, não existe uma ‘raça negra’, mas é preciso inventar uma para ser porta voz dela”. A Constituição de 1988, como as anteriores, não reconhece a idéia de raça como um critério real de distinção entre os indivíduos e a ela só se refere para dizer que é crime discriminar as pessoas por critérios raciais. As cotas, por sua vez, são raciais, isto é, conferem legitimidade à idéia de raça. A bem dizer a celebra. (José Roberto Pinto de Góes).

Percebemos que o excerto acima é atravessado, entre outros, pelo discurso da democracia racial, acionando um documento oficial de grande importância para a organização social, política e legal de um grupo considerado nação. Perpassa por sua materialidade textual uma “massa de discursos” que circulam pela sociedade e que acionam situações, crenças e ideologia presentes na memória discursiva de interlocutores que se inserem em determinadas formações ideológicas e discursivas que imputam determinados modos de enxergar o mundo ao seu redor. O trecho “A Constituição de 1988, como as anteriores, não reconhece a idéia de raça como um critério real de distinção entre os indivíduos” pode suscitar efeitos de sentidos cujas implicações ideológicas ressaltam que, se a Constituição não reconhece raça como critério de distinção entre os brasileiros, no Brasil, então, deve existir uma única raça ou os brasileiros não devem sentir-se diferentes uns dos outros, quando no cotidiano se submetem a seleções de emprego, a vagas em escolas, entre outras. Entendemos que tal segmento discursivo parece atravessado e o sujeito se inscreve num pré-construído do discurso da democracia racial, tão divulgado pelos estudos de Gilberto Freire, quando reforça o escrito constitucional com o trecho “[...] e a ela [=a raça] [a Constituição] só se refere para dizer que é crime discriminar as pessoas por critérios raciais”.

No texto “As cotas nas universidades”,

[...] Como dois e dois são quatro, a maioria absoluta dos alunos que entrarem nas universidades

pelo atalho das cotas não completará os cursos. Os que completarem teriam conseguido entrar nas universidades sem o expediente das cotas. Sob o manto da responsabilidade social, vão se praticar duas irresponsabilidades: uma com o aluno que, sem nenhuma formação anterior, se esfalfará, terá que estudar e trabalhar ao mesmo tempo, [...] outra com o país, ao desperdiçar recursos públicos e a banalizar ainda mais os cursos superiores.

A universidade é, por definição, intelectualmente elitista e não há por que temer a palavra.

A análise dessa seqüência discursiva revela que o sujeito busca trazer outros discursos, ativando a memória discursiva. Nesse caso, o sujeito acionou o discurso de saberes produzidos pelas teorias biológicas – as chamadas teorias poligenistas – que, no início do século XIX, utilizavam a palavra raça, numa perspectiva semântica, no sentido de tipo, designando espécies humanas distintas, tanto fisicamente quanto em termos de capacidade mental. Nesse período, disseminou-se uma relação entre aspectos fenotípicos (cor de cabelo, por exemplo) e aspectos cognitivos, intelectivos (GUIMARÃES, 2005). As seqüências “Como dois e dois são quatro, a maioria absoluta dos alunos que entrarem nas universidades pelo atalho das cotas não completará os cursos” e “Os que completarem teriam conseguido entrar nas universidades sem o expediente das cotas” refletem um já dito que expressa que, segundo tais teorias, indivíduos de raça branca são cognitivamente superiores, o que os tornava mais inteligentes, aptos para a inserção no meio acadêmico e para o usufruto da socialização de saberes. Segundo as mesmas teorias, negros apresentam capacidade cognitiva inferior a dos brancos e, por isso, não conseguem competir com esses, necessitando do auxílio de um sistema de cotas. Essa idéia é reforçada quando julga ser uma irresponsabilidade com o país o ingresso de estudantes negros através do sistema de cotas, porque, já prevendo o fracasso escolar desses estudantes, o final da seqüência supracitada acusa o desperdício de recursos financeiros e ainda uma maior banalização do ensino. Logo, por um gesto de interpretação, podemos entender que a interdiscursividade se dá por meios de saberes advindos do século XIX e das teorias poligenistas, o que provavelmente nos aponta a materialidade lingüística selecionada por nós, porque é na sua inscrição na história que a língua possibilita a produção de sentidos e porque o sujeito produtor de sentidos é afetado pela língua e pela história, o que faz sempre presente em dizer atual, através da memória discursiva, dizeres ditos por outrem em tempos passados; isso torna o sujeito, concomitante e paradoxalmente, livre e submisso (ORLANDI, 2003).

A idéia da perpetuação da classe considerada hegemônica presentifica-se ainda nesse discurso que veicula valores socialmente propagados acerca de uma formação de elite de brancos, ressaltando novamente o argumento de uma formação discursiva que traz implicações a partir da definição de traços discriminatórios, visto que a materialidade lingüística que traz a conceituação de uma universidade intelectualmente elitista exclui o negro, dada a sua inferioridade morfológica, tão propagada pelas teorias científicas (MUNANGA, 2004). No texto “As cotas na universidade”, há um sujeito que se inscreve numa formação discursiva que remete a diferentes redes discursivas provenientes de discursos racistas cujo conteúdo ideológico é afetado por efeitos de sentido em que os negros ainda não podem compor uma elite que tenha predominância branca, a quem o prestígio social, econômico e, sobretudo, intelectual deve ser preservado. Na verdade, esses dizeres são disponibilizados por interdiscursos que se materializam lingüisticamente no texto abaixo.

No segmento “Tortuosos caminhos”, vejamos o excerto abaixo:

A fusão de subgrupos humanos, acelerada na modernidade, foi mais radical no Brasil do que em outra parte do mundo [...]. Dadas as características a colonização portuguesa e nosso papel na divisão mundial do trabalho, fomos levados a realizar um monumental processo de miscigenação [...].

Como resultado, não somos nem brancos, nem negros, somos mestiços. Biológica e culturalmente mestiços. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a tentativa é constituir uma identidade baseada na “raça”.

Há uma concepção de igualdade presente em alguns textos que estabelecem discursividades em torno da adoção de políticas públicas, desde que neles subjazem efeitos de sentido que conduzem à idéia de que não haveria raças no Brasil, a partir da utilização de efeitos de memória instaurados por teorias biológicas cujos saberes expressavam que o conceito de raça não se justificava mais por questões biológicas. No Brasil, propagou-se o discurso em torno da não existência de uma raça pura, principalmente do ponto de vista cultural, assegurando posições político-ideológicas de que, no Brasil, as relações sociais entre brancos e negros não refletem nenhuma prática de racismo entre aqueles que formam a nação. Isso fica evidente, inclusive, no emprego do substantivo *tentativa*, cuja discursividade nos permite chegar a um novo efeito de que existe algo ainda não concretizado, mas que se está buscando. Portanto, instauram-se discursos que nos remetem a um pré-construído presentificado nos trabalhos de Gilberto Freire, para quem reina uma pacífica harmonia social entre os brasileiros. Dessa forma, construíam-se as identidades sociais dos negros, a partir do discurso da democracia racial expresso pelo autor, quando, em seus escritos, demonstra que há convívio num esquema funcional e espacial existente entre a casa grande e a senzala.

Depois de textos que representam as cotas numa perspectiva negativa, trazemos uma seqüência do texto “Em defesa das cotas”:

Foi também o Estado brasileiro que tentou transformar em uma “Terra Nostra” embranquecida, já que pregavam diversos intelectuais no final do século XIX, o Brasil não seria desenvolvido em quanto fosse habitado por negros, assim tarde, esse racismo foi disfarçado em nome de uma falsa democracia racial, cujo único objetivo tem sido conter a revolta de negros – tentando fazer que aqui não há racismo.

Esses enunciados mostram uma formação discursiva que remete a várias outras formações, visto que o sujeito se inscreve a partir do seu pertencimento étnico-racial e do lugar social que está autorizado a falar em nome de um grupo: “Estudo na Universidade de São Paulo (USP) desde 1985. Sou formado em História, sou mestre em cinema e, atualmente, faço doutorado na mesma área. [...] Sou negro. [...] Sou uma exceção às regras perversas que regem a vida de negros e negras neste país”. A condição de representante o conduz a condição de espécie de porta-voz de um grupo cuja discursividade revela posicionamentos ideológicos e políticos a favor da adoção de cotas, à medida que ratifica o conteúdo de ideologias que evidenciavam a hegemonia dos brancos, além de outros já ditos, remete a discursos que discriminam os negros e os conduzem à condição de inferioridade. A idéia da existência de uma democracia racial é refutada a partir da utilização do adjetivo *falsa* que desmistifica a idéia tão propagada por algum tempo, mas colocada em prova neste momento, de que todos são iguais. Isso permite, novamente, agora com um discurso de defesa, a utilização do verbo *tentar*,

como algo ainda em processo e ainda não efetivada, no caso a noção de igualdade, que refletida ideologicamente nos discursos que veiculam posições contra a adoção de políticas de cotas no processo de construção de identidades sociais do negro, em que há discursividades que procuram, ao invés de abolir, dissimular as desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Petrópolis, Vozes, 1969.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Identidade, cultura e mídia: A complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). *Século XXI – Qual conhecimento? Qual currículo?*. Petrópolis, Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo, Fundação Ford, Ed.34, 2005.

GOMES, Joaquim Barbosa. O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In: SANTOS, Renato Emerson e LOBATO, Fátima (orgs.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2000.

INDURSK, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy & FUNCK, Susana Bornéo. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas, Educat, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas (SP), Mercado de Letras, 2002. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Disponível em www.acaoeducativa.org.br/base.php?t=conc_negro_textos&y=base&z=08. Acesso em 10 de outubro de 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5.ed. Campinas (SP), Pontes, 2003.

_____. *Gestos de leitura*. Campinas (SP), UNICAMP, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel*

Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas (SP), Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 3.ed. Campinas (SP), Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3.ed. Campinas (SP), Pontes, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis (RJ), Vozes, 2000.